



# Unidos contra a corrupção, para o desenvolvimento, a paz e a segurança

Vitor Caldeira

A prevenção é a melhor forma de enfrentarmos este fenómeno que mina a confiança social

Comemora-se hoje o Dia Internacional contra a Corrupção. Neste dia, em 2003, foi assinada a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que veio a ser ratificada por Portugal em 2007.

Se é certo que em 2016 Portugal manteve a 28.<sup>a</sup> posição (entre 167 países) no índice de Perceção da Corrupção da Transparência Internacional, o barómetro global de corrupção recentemente divulgado por esta organização sugere que mais de 80% dos portugueses considera que “o Estado é vulnerável a influências indevidas”.

Este é um sinal claro de que precisamos de continuar a investir na prevenção deste fenómeno: exigindo comportamentos éticos, transparentes e isentos, quer das instituições públicas quer do setor privado, bem como de cada um de nós enquanto cidadãos responsáveis.

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) está e continuará a fazer a sua parte. Continuamos ativos e vigilantes, pela verdade, pela transparência, pelo rigor e pela responsabilidade nas finanças públicas. Mas este é um trabalho coletivo, que requer um compromisso empenhado de cada um de nós, agindo de forma cidadã, reclamando transparência e integridade. E hoje queremos associar-nos a esta data especial lembrando o *slogan* que as Nações Unidas nos propõe para 2016: “Unidos contra a corrupção para o desenvolvimento, a paz e a segurança.”

Só a partir da consciência clara de que todos temos de agir e fazer a nossa parte poderemos fazer a diferença! A corrupção representa injustiça e desigualdade, põe em causa a democracia, impede o desenvolvimento e promove a insegurança. Não é certamente isso que queremos para Portugal! Estamos, por isso, no CPC a fazer um caminho que se revela positivo: hoje, mais de 1200 entidades públicas dispõem de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção graças à recomendação do CPC. O universo de trabalhadores que exercem funções públicas abrangidos por esses planos está estimado em mais de 356 mil. Significa isto que, em cinco anos, se promoveu na administração pública portuguesa



um debate alargado que conduziu a uma tomada de consciência coletiva e à adoção de medidas efetivas para minimizar os riscos inerentes à sua atividade.

Os planos de prevenção de riscos de corrupção são reconhecidamente instrumentos com potencial para a promoção de uma cultura

de prevenção, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência, do rigor e da qualidade nos serviços públicos. No essencial, estes planos procedem ao levantamento dos riscos relativamente às ações desenvolvidas por cada entidade, caracterizando-os em função de critérios de probabilidade de ocorrência e propondo medidas preventivas adequadas.



**A [prevenção da corrupção] exige de todos os cidadãos a sua participação activa**



Desenvolveu-se, assim, uma cultura de prevenção de riscos, que tem de ser interiorizada em todos os organismos públicos, e que deve incluir igualmente formação sobre as medidas previstas. O importante é que todos compreendam os sinais de alerta e as fronteiras do risco. Por isso, a nossa ação inclui a realização de visitas junto de entidades aleatoriamente selecionadas, no sentido de acompanhar a execução daqueles planos e de compreender as respectivas experiências na adoção destes instrumentos.

Complementarmente, é necessário continuar a realizar formação sobre a prevenção da corrupção em todo o território nacional, de conteúdo ajustado à realidade funcional e organizacional própria de cada instituição. E se falo em formação, não posso deixar de incluir também a educação dos mais jovens. É aí que reside uma das grandes mais-valias do trabalho do CPC: a intervenção junto das escolas, designadamente por via do projeto *Imagens contra a Corrupção* que, com o apoio do Ministério da Educação, entra agora na sua quinta edição.

Este projeto tem sido considerado de grande interesse e utilidade por promover a criação de espaços de reflexão em torno

das questões da cidadania e da prevenção de práticas de corrupção, envolvendo toda a comunidade educativa, razão pela qual obteve o reconhecimento das Nações Unidas.

No Conselho de Prevenção da Corrupção estamos neste momento a trabalhar para que, em 2017, possamos prestar especial atenção: à permeabilidade da Lei aos riscos de corrupção – precisamos de leis mais claras, simples e objetivas; ao mapeamento dos riscos de corrupção no seio das instituições que movimentem valores e dinheiros públicos; à minimização do risco de conflito de interesses na administração pública; à sensibilização para uma maior exigência e rigor no desenho e adoção dos procedimentos de controlo no âmbito da contratação pública; e ao trabalho de educação para uma cidadania mais forte.

A Prevenção da Corrupção é a melhor forma de enfrentarmos este fenómeno que mina a confiança social. É um trabalho que exige de todos os cidadãos a sua participação ativa, num compromisso quotidiano pela integridade e pela transparência.

**Presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção**